



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAGED
CURSO: PEDAGOGIA

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MILITAR NA BAHIA
NATÁLIA NARDI SERAPIÃO LOPES

Dezembro
2010

NATÁLIA NARDI SERAPIÃO LOPES

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MILITAR NA BAHIA

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia, Universidade Federal da Bahia, como requisito final para a obtenção do grau de licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Sara Martha Dick

Salvador

2010

RESUMO

O trabalho a seguir é o requisito final necessário para a conclusão do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Bahia. Trata-se de uma pesquisa que aborda o momento histórico que envolve o contexto da criação do Colégio da Polícia Militar de Salvador e do Colégio da Polícia Militar da Bahia. A pesquisa é de importância para o campo da História da Educação, principalmente para maior conhecimento da história da educação na Bahia. O método usado para realização do trabalho foi de pesquisa bibliográfica e documental.

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação, ensino militar, colégio militar baiano.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
INTRODUÇÃO	6
1. A INFLUÊNCIA DO POSITIVISMO NA EDUCAÇÃO MILITAR BRASILEIRA	8
1.1 O POSITIVISMO	10
1.2 AUGUSTE COMTE – VIDA E OBRA	11
2. A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA DÉCADA DE 50	14
2.1 OS PRESIDENTES DO BRASIL NA DÉCADA DE 50	18
2.2 CONFIGURAÇÃO POLÍTICA DA BAHIA NA DÉCADA DE 50	20
3. OS COLÉGIOS MILITARES PELO BRASIL	23
3.1 O SISTEMA DE ENSINO COLÉGIO MILITAR NO BRASIL	25
4. O COLÉGIO MILITAR DE SALVADOR	27
4.1 O COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR	29
5. CONCLUSÃO	34
REFERÊNCIAS	35
ANEXOS	

Agradecimentos

“Até aqui nos ajudou o Senhor. Ebenézer.”

Antes de agradecer a qualquer pessoa, sinto que devo agradecer ao Todo-Poderoso que me concedeu a vida e a capacidade de desenvolver a minha inteligência. Obrigada Jesus, por me manter em Seus braços.

Também gostaria de citar as duas pessoas que foram determinantes na minha criação, me ajudando a ser quem sou hoje: meus pais, Leidson Nardi Fróes Lopes e Maria Nadja Serapião Lopes. Pais dedicados que sempre se esforçaram para me proporcionar boas condições de vida e boa educação apesar das dificuldades ao longo do caminho. MUITÍSSIMO obrigada.

Seria injusto não citar aqui a minha digníssima avó Ilza Santos Serapião, que sempre me dedicou amor, carinho e compreensão, cuidando de mim como se eu fosse a sua filha.

Agradeço ao meu noivo Davi Souza dos Santos, que sempre me incentivou a seguir nos caminhos tortuosos da Universidade e nunca permitiu que eu desistisse dos meus sonhos e de mim mesma.

Obrigada também as minhas irmãs Angélica Nardi Serapião Lopes, Bruna Nardi Serapião Lopes e especialmente Catharina Nardi Serapião Lopes. O amor de vocês me faz uma pessoa melhor.

Jamais esqueceria aqueles que não estão mais entre nós, mas que investiram na minha educação. Minha bisavó Hilda Cardeal e meu avô Lindson José Lopes.

Finalmente, agradeço a professora Sara Martha Dick, que com muita dedicação me orientou no processo de construção da minha primeira grande produção acadêmica.

Às pessoas acima citadas, meus sinceros agradecimentos.

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, a educação é um assunto que está constantemente em foco. A busca por educação de qualidade vem sendo uma preocupação da população brasileira.

Porém, é do conhecimento de todos que a educação pública no Brasil deixa muito a desejar, e necessita de grandes mudanças. Cada vez mais as redes privadas de ensino ganham clientes, afinal, as pessoas tentam suprir as deficiências do nosso ensino público.

Contudo, é cabível afirmar que o ensino público no Brasil, mais especificamente em Salvador, não é deficiente na sua totalidade. A princípio, o objetivo principal desse trabalho era fazer um histórico mais aprofundado sobre o Colégio Militar de Salvador e sobre sua estrutura atual.

Devido à grande burocracia da instituição acima citada para disponibilização de documentos e ao pequeno período de tempo para obtenção desse material, a pesquisa está focada nos movimentos históricos educacionais mais importantes que aconteceram a nível nacional e estadual.

As instituições militares de ensino, como o Colégio da Polícia Militar da Bahia, vêm ministrando um ensino público de muita qualidade.

Os colégios militares são instituições apreciadas por todo território nacional, devido ao seu elevado nível de ensino e aprovação em vestibulares de grandes universidades e concursos públicos.

Por esse motivo, optei por fazer uma explanação na minha produção monográfica sobre os dois principais colégios militares de Salvador: o Colégio Militar de Salvador (CMS) – instituição pertencente ao Exército Brasileiro- e o Colégio da Polícia Militar (CPM) – instituição mantida pela Polícia Militar da Bahia.

Vale ressaltar que as duas instituições citadas acima estão no ranking das melhores instituições de ensino de Salvador há vários anos, de acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Logo, se esses colégios ministram um ensino tão apreciável e efetivo são dignos de receberem um trabalho acadêmico que estude um pouco mais sobre suas histórias e suas conjunturas atuais.

1. A Influência do Positivismo na Educação Militar Brasileira

Os militares brasileiros foram fortemente influenciados pelas idéias positivistas de Comte. O Exército Brasileiro incorporou de maneira significativa os pensamentos do Positivismo, especialmente no que diz respeito à ordem.

Um dos maiores motivos para que o Exército adotasse o Positivismo como base de referência, foi o fato de que os militares estudavam e valorizavam as ciências, bem como o Positivismo. A Física e a Matemática, por exemplo, eram consideradas disciplinas que já haviam conquistado a positividade, ou seja, eram ciências que estavam livres da influência de ideologias e valores.

José Murilo de Carvalho legitima o pensamento citado acima nos seus seguintes textos:

*“O Positivismo, ou certa leitura positivista da República, que enfatiza, de um lado, a idéia do progresso pela ciência e, de outro, o conceito de ditadura republicana, contribuíu poderosamente para o reforço da postura tecnocrática e autoritária.
(CARVALHO:1987:35)”*

*“ a acontece que os militares tinham formação técnica, em oposição à formação literária da elite civil, e sentiam-se fortemente atraídos pela ênfase dada pelo positivismo à ciência, ao desenvolvimento industrial
(CARVALHO:1989b:273)”*

Após a Proclamação da República, os militares brasileiros buscavam a reorganização do país e para isso, valeram-se do Positivismo, afinal, para Comte, a ordem tem ligação direta com a hierarquia que traz consigo os sistemas de subordinação, do inferior ao superior, é o que leva do “progresso à ordem”.

Cabe ressaltar que o lema presente na nossa bandeira: “Ordem e Progresso”, é fruto do Positivismo.

Para Comte, a educação é uma forma de adequar os indivíduos a organização social vigente:

“(...) a direção suprema da educação, quer geral, quer especial, mas, sobretudo da primeira, tomando esta palavra em sua acepção mais extensa, fazendo-a significar, como é correto, o sistema completo de idéias e de hábitos necessário à preparação dos indivíduos para a ordem social na qual devem viver, e para adaptar, tanto quanto possível, cada um deles ao objetivo particular que aí deve desempenhar(...)” (OPS [1826]. p. 193.)

Uma vez explicada a relação entre o Positivismo e os militares brasileiros, é possível entender a influência da filosofia positiva na educação das escolas e colégios militares.

Benjamim Constant Botelho de Magalhães foi professor da Escola Militar, e compartilhava das idéias positivistas. Com os decretos de Nº 330, 12 de abril de 1913 e Nº 10198, 30 de abril de 1913, o Marechal Deodoro da Fonseca e Benjamim Constant (ministro de guerra da época), criaram e regulamentaram as escolas do Exército.

As instituições de ensino passaram a ser influenciadas diretamente pelo positivismo, entre elas a Escola Militar do Rio de Janeiro, Colégio Militar, Escola Naval do Rio de Janeiro, dentre outras.

Em 1890, Benjamim Constant elaborou reformas para o ensino, substituindo a tradição humanística clássica pela científica, sempre orientado pelas idéias da ordenação positiva de Comte (Matemática, Astronomia, Física, Química, Biologia, Sociologia e Moral).

Essa reforma abrangeu todos os níveis de ensino, especialmente no que diz respeito à estruturação do ensino secundário, mudando o currículo do Colégio D. Pedro II, e da Escola Normal.

O Positivismo faz-se presente na nossa educação através de simples detalhes como o uso de uma farda como meio de identificação da instituição, e até mesmo no Parâmetro Curricular, que traz uma série de conteúdos que devem ser seguidos pelos professores.

Até os dias atuais, o Positivismo é encontrado nas escolas militares, como na Academia Militar das Agulhas Negras, Instituto Tecnológico da Aeronáutica, Escola de Sargento das Armas dentre outras.

1.1 O Positivismo

O Positivismo nasceu no ano de 1830, época na qual a Revolução Industrial estava em evidência. Auguste Comte (1798-1857) foi o grande pensador do Positivismo. Foi à partir da sua obra Curso de Filosofia Positiva, que a corrente filosófica do Positivismo foi instituída.

Através do Positivismo, Comte buscava reorganizar a estrutura social de um país (França), que passava por uma fase de “adequação” ao capitalismo.

Para o Positivismo, existia na sociedade o “movimento dinâmico” e o “movimento estático”. No sistema do movimento dinâmico, o homem através da reflexão intelectual, passa para uma forma mais complexa da existência, esse é o movimento que leva do pensamento simples ao pensamento complexo; do menos avançado ao mais evoluído. Já o movimento estático é o que preserva a organização social vigente, acomodando o indivíduo a representar a sua função prevista de modo que a ordem seja mantida.

A Filosofia Positiva coloca o estudo das ciências como caminho para mudar a estrutura econômica, intelectual, política e moral da sociedade. Comte afirmava que mesmo antes da Sociologia, cinco ciências já haviam alcançado o nível da positividade: a Matemática, a Física, a Biologia, a Astronomia e a Química.

Essa é a concepção do próprio Comte sobre o Positivismo:

“O Positivismo se compõe essencialmente duma filosofia e duma política, necessariamente inseparáveis, uma constituindo a base, a outra a meta dum mesmo sistema universal, onde a inteligência e a sociabilidade se encontram intimamente combinados.” (COMTE: 1988, p.43)

O Positivismo está presente nas práticas sociais e políticas do Brasil desde os tempos do início da República, e vem influenciando a nossa organização educacional, e as políticas de ensino nas escolas.

Os indicadores quantitativos através das notas são as principais formas de avaliação da maioria das instituições de ensino. Esse método é herança do positivismo, que deixa transparecer o caráter economicista, que por sua vez é fruto do cientificismo. Essa característica é uma forma de obter o retorno do rendimento escolar. Outra característica da influência do positivismo na educação brasileira é a presença de políticas públicas para a educação, colocando a educação como solução para os problemas da nação. Ainda como herança do positivismo estão as disciplinas que se organizam de forma progressiva, que são segmentadas de modo instrumental. O conceito de *ordem e progresso* é fortemente divulgado nas escolas, mais uma influência do positivismo.

1.2 Auguste Comte- Vida e Obra

Não é possível fechar esse capítulo sem comentar um pouco sobre a vida e as obras do pensador que deu vida a idéia do Positivismo.

Isidore Auguste Marie Xavier Comte nasceu no dia 19 de janeiro de 1798, na cidade de Montpellier, na França.

Auguste Comte foi o primeiro filho de uma família católica pertencente a monarquia da época. Seu pai foi controlador da Receita Geral de Hérault.

Aos oito anos de idade, Comte era aluno interno do Liceu de Montpellier. Anos depois, o próprio Comte definiu o ensino do Liceu como uma “funesta claustração escolástica”.

No ano de 1812, juntamente a Daniel Encontre (decano da Faculdade de Teologia Protestante de Montauban e professor de Matemáticas Transcendentes), Comte preparava-se para o concurso da Escola Politécnica. Dois anos após prestar concurso, Comte foi admitido pela Escola Politécnica de Paris aos dezesseis anos de idade, sendo classificado em primeiro lugar entre os candidatos da lista do Sul, e quarto lugar na lista geral de candidatos.

Em 1816, Comte voltou a Montpellier, onde passou dois meses. Nesse mesmo ano, Comte fez parte de alguns cursos oferecidos pela Faculdade de Medicina. Com dezoito anos, Comte escreveu *“Mês Réflexions. Humanité, vérité, justice, liberté, patrie. Rapprochements entre le régime de 1793 et celui de 1816, adressés au peuple français.”* Essa produção foi publicada somente em 1882.

Comte trabalhou como professor particular de Matemática e logo após tornou-se secretário de Saint-Simon (1760- 1825), em 1817. Através de seus estudos sobre a sociedade, Comte passou a publicar artigos nos jornais de Saint-Simon como *“L’Industrie, Le Politique, L’Organisateur, Du Système industriel, Catéchisme des industriels.”*

“Em 1823, no primeiro caderno do “Catéchisme des industriels”, Saint-Simon apresentou o ensaio de Comte com os seguintes títulos: 1ª parte – *“Plan des travaux scientifiques nécessaires pour réorganiser la société”* ; 2ª parte – *“Esquisse d’un tableau historique du progrès de la civilisation”*.

Depois dessas produções e publicações, Auguste Comte deixou de trabalhar com Saint-Simon e voltou a ser professor particular de Matemática.

Aos 27 anos, em 19 de fevereiro de 1825, Comte casou-se com Caroline Massin. Um ano após seu casamento com Caroline, Comte inaugurou em sua casa o Curso de Filosofia Positiva. Grandes pensadores da época participaram do curso, como o psicólogo Jean- Étienne Esquirol (1772- 1840), e o fisiólogo HenriMarie de B. Blainville. Por conta de esgotamento intelectual e problemas com Caroline, Comte passou por uma crise mental, e após três sessões o Curso foi interrompido.

Comte passou oito meses internado numa casa de saúde, e após sua saída, ele tentou cometer suicídio no Rio Sena.

No ano de 1828, já recuperado da crise que abalou seu intelecto temporariamente, Comte escreveu *“Examen du traité de Broussais sur l’irritation.”*

O Curso de Filosofia Positiva foi retomado em 4 de janeiro de 1829, tornando-se um curso público no dia 09 de dezembro do mesmo ano, e seu discurso de abertura foi publicado na *“Revue Encyclopédique”*.

Sempre interessado no ramo científico, Comte criou um curso público e gratuito de Astronomia, curso esse que perdurou até o ano de 1848.

Comte foi eleito repetidor de Análise Matemática e Mecânica da Escola Politécnica. Anos depois, ele foi nomeado examinador de admissão à Escola Politécnica. Foi com esse cargo que Comte teve a oportunidade de viajar pela França.

Seu casamento com Caroline terminou em 1842, e depois disso Comte continuou como examinador de admissão à Escola Politécnica até o ano de 1844. Quando Comte perdeu o cargo de examinador, o mesmo publicou *“Discurso sobre o Espírito Positivo”*.

Comte viveu um amor platônico com Clotilde de Vaux, e como não era mais examinador da Escola Politécnica, o mesmo passou a viver de doações feitas por seus amigos mais íntimos e seus discípulos como o filósofo John Stuart Mill (1806-1873), e o dicionarista Littré (1801-1881).

Em 1848 foi criada a “Société Positiviste” e Napoleão Bonaparte foi eleito presidente da República da França. Comte compartilhava as idéias de Napoleão Bonaparte, e o golpe de 1851 foi aprovado por ele.

Entre os anos de 1851 e 1854, Comte escreveu suas idéias sobre uma nova religião, inspirado em Clotilde de Vaux: *“Política Positiva ou Tratado de Sociologia, Instituído a Religião da Humanidade.”*

Após cinquenta anos de produção intelectual, Auguste Comte faleceu em Paris, no dia 05 de setembro de 1827. Seu sepultamento aconteceu no “Piere-Lachaise” no dia 08 de setembro de 1827.

Uma das suas obras mais importantes e reconhecidas: “Cours de philosophie positive” foi escrita nos anos de 1830 (Tomo1) – 1835(Tomo 2) – 1838(Tomo 3) – 1839(Tomo 4) e 1841(Tomo 5).

2. A Educação Brasileira na década de 50- Momento Histórico da criação do CMS e do CPM

Para entender o que se passa na atualidade, é necessário conhecer o passado. A educação brasileira já passou por diversos momentos, sempre sendo influenciada pela configuração política de cada época. Sendo assim, é de extrema importância uma explanação sobre a situação da educação brasileira na década de 50, tendo em vista que o Colégio Militar de Salvador e o Colégio da Polícia Militar da Bahia foram criados no ano de 1957.

Antes de comentar a situação da educação brasileira nos anos 50, é necessário voltar mais um pouco no tempo, exatamente ao ano de 1946. A Constituição de 1946 determinou que a União deveria criar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Um dos principais objetivos da LDBEN era mudar a estrutura educacional existente até então, estrutura essa que vigorava através das Leis Orgânicas de Gustavo Capanema.

As Leis Orgânicas de Capanema foram uma herança do Estado Novo. A Reforma Capanema defendia a educação pública de caráter dualista, ou seja, a educação para as classes dominantes permitia maior progressão, levando do nível médio ao nível superior, enquanto a educação para as classes populares era apenas primária. Os poucos indivíduos das classes populares que conseguiam fazer um curso profissionalizante, talvez tivessem a chance de cursar nível superior na sua área de profissionalização.

Uma comissão de educadores foi criada para elaborar a LDBEN. Essa comissão foi organizada pelo ministro da Educação e Saúde do governo do presidente Dutra, Clemente Mariani. Participaram da Comissão de educadores escolanovistas como Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e católicos tradicionalistas como o Padre Leonel França e Alceu de Amoroso Lima.

Porém, a instituição da LDBEN não seria tarefa fácil. O projeto da LDBEN foi criado pela Comissão e enviado ao Congresso no ano de 1948. No ano de 1949 o projeto foi arquivado por conta dos esforços de Gustavo Capanema, ex-ministro da Educação, e que na época era deputado.

Houve uma tentativa de desarquivar o projeto da LDBEN no ano de 1951. O Senado informou que o projeto havia sido perdido, extraviado. Logo, a Comissão de Educação e Cultura do Congresso começou a trabalhar na tentativa de reconstruir o projeto.

Passaram-se seis anos entre as tentativas da Comissão de Educação e Cultura em restaurar o projeto original da LDBEN. No ano de 1957 (criação do Colégio Militar de Salvador e do Colégio da Polícia Militar da Bahia), começaram novamente discussões sobre o projeto. Com isso a Comissão de Educação e Cultura recebeu no final do ano de 1958, um projeto substitutivo, chamado de Substitutivo Lacerda.

Esse projeto foi idealizado pelo deputado Carlos Lacerda. O deputado baseou o projeto substitutivo nas teses apresentadas no III Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, que aconteceu em 1948. Logo, percebe-se que o projeto substitutivo alterou de forma drástica o projeto original, afinal, o projeto original defendia a escola pública, enquanto o substitutivo dava ênfase à rede privada de ensino.

Começaram então as divergências entre os defensores do ensino público e os partidários da escola privada, que se apoiavam nas idéias da Igreja Católica de “liberdade de ensino” e do “direito da família na educação dos filhos”.

O conflito entre o ensino público e o ensino privado saiu do espaço puramente político, atingindo assim a sociedade civil. A mobilização em prol da Campanha de Defesa da Escola Pública foi tão grande, que até mesmo o jornal O Estado de São Paulo, de tendência liberal conservadora, colocou-se ao lado de educadores progressistas e socialistas.

A ameaça à escola pública presente no projeto substitutivo Lacerda, foi o motivo principal para a criação da Campanha de Defesa da Escola Pública. No ano de 1959 foi publicado o Manifesto dos Educadores Mais Uma Vez Convocados. Esse manifesto baseou-se principalmente nas idéias do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932.

O Manifesto de 1932 tratou de forma aprofundada as questões didático-pedagógicas da educação brasileira, porém o Manifesto de 59 preocupou-se com as políticas educacionais do período.

Assim como o Manifesto de 1932, o Manifesto de 59 foi escrito por Fernando de Azevedo, sendo apoiado por educadores e intelectuais liberais, liberais-progressistas, socialistas, comunistas e nacionalistas.

Ao contrário do que muitos pensam a pretensão do Manifesto de 59 não era a supremacia do ensino público. Era defendida a existência da rede pública e da rede privada de ensino, porém o manifesto reivindicava que as verbas públicas fossem destinadas somente a rede pública de ensino.

Três grupos intelectuais monopolizavam a Campanha de Defesa da Escola Pública. O primeiro grupo era liderado por Anísio Teixeira. Para esse grupo, era

importante a prática pedagógica e a promoção da educação pública que acompanhava a modernização do país.

Personalidades como Laerte Ramos de Carvalho, Roque Spencer Maciel de Barros e João Villa- Lobos formavam o segundo grupo, que tinha sua base nas diretrizes da filosofia liberal idealista. A educação era vista como um direito do homem independente das possibilidades históricas da sociedade.

O terceiro grupo carregava o perfil socialista e acreditava na escola pública como um meio de levar a cultura para as classes trabalhadoras, impedindo assim que a elite mantivesse sempre a dominação do conhecimento.

No ano de 1961, a LDBEN foi aprovada pelo Senado e sancionada pelo Presidente da República da época, João Goulart. A LDBEN recebeu mais de 200 emendas no Senado, buscando assim uma conciliação entre as tendências em disputa.

A maioria dos participantes da Campanha da Escola Pública não ficou satisfeita com o sancionamento da lei, considerando esse ato uma derrota popular. Anísio Teixeira considerou a LDBEN como uma “meia-vitória, mas vitória.”

O professor Florestan Fernandes escreveu um artigo em 1961 que retratou a decepção da maioria dos integrantes socialistas da Campanha pela Escola Pública:

NÃO CONSTITUI SURPRESA a maneira pela qual o Sr. João Goulart encarou suas responsabilidades perante a Nação, ao sancionar o projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sob a assessoria do ministro da Educação do Governo, Sr. Oliveira Brito. O presidente da República e o Sr. Oliveira Brito deram-se as mãos, num gesto de soberano desprezo diante do destino da Democracia do País, da educação popular e do desenvolvimento da instrução pública. Para ser franco, devo tornar claro que, se existem alguns méritos nos vetos, eles cabem inteiramente ao ministro da Educação. Político hábil, acima de tudo, escolheu o terreno técnico para propor os vetos, tentando assim salvar as aparências e dar alguma satisfação às correntes que se empenharam duramente na crítica do projeto reelaborado e aprovado pelo Congresso

Nacional. Em relação a assunto dessa natureza, o senhor presidente da República não podia ser “hábil”. Só um oportunismo sem reboços, chocante e desmoralizador, explica o comportamento efetivo de sua excelência. Através de memoráveis campanhas, as forças populares e democráticas tinham estabelecido, luminosamente, o que se esperava de sua intervenção. Não cabia fazer pressão sobre um político que construiu toda a sua carreira apoiado nessas forças e que, ainda recentemente, se valeu delas para galgar a alta posição em que se encontra. Competia-lhe corresponder, inequívoca e espontaneamente, às expectativas da consciência democrática da Nação, para justificar o seu passado político, retribuir o generoso apoio do Povo e fortalecer o respeito pelas atribuições do chefe de Estado. Pairava no ar a desconfiança de que sua excelência iria se omitir, transigindo com os grupos poderosos, que tiveram meios para conformar o projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional à sua avidez, aos seus desígnios e às suas ambições. A razão é simples. No poder, o Sr. João Goulart redefiniu completamente a sua linha de ação política. Membro e representante de camadas sociais privilegiadas e conservadoras, não tem nenhum interesse em por em prática uma autêntica filosofia de atuação política democrática, que o obrigue a valorizar o ensino público e a estender sua influência na dinâmica do regime representativo. Baseando-se no que tem acontecido ultimamente, costumo dizer a meus companheiros, alunos ou colegas que o senhor João Goulart não nos traiu. Deu-nos de graça à reação!...

A LDBEN ficou conhecida também como Lei nº 4024/61, e estabeleceu um tratamento igualitário por parte do Poder Público para as instituições oficiais e particulares.

2.1 Os Presidentes do Brasil nos anos 50.

A década de 50 foi marcada por forte efervescência política e por fatos que marcaram a história do Brasil. Acontecimentos como a volta de Getúlio Vargas à presidência e seu suicídio, a construção de Brasília e a criação da PETROBRÁS, são apenas alguns dos fatos que fazem dos anos 50 uma década de vital importância. Então, os presidentes da época e seus principais feitos serão o assunto das linhas seguintes.

O presidente do início dos anos 50 foi Eurico Gaspar Dutra. O governo Dutra vigorou de 1946 a 1951 e foi marcado pelo liberalismo econômico. Nesse período o Brasil ficou aberto a importações. Em 1949 foi criada a União Abib, chefiada por John Abib e Otávio Gouveia de Bulhões com o objetivo de com o recurso do capital estrangeiro, criar a infra-estrutura industrial, inclusive no setor da exploração do petróleo. Dutra também criou o Plano Econômico SALTE (saúde, alimentação, transporte e energia). O governo Dutra prejudicou o crescimento das indústrias brasileiras, visto que grande parte dos produtos importados era produzida aqui no Brasil, fazendo crescer também de forma desenfreada a dívida externa do país.

O governo seguinte foi do presidente Getúlio Vargas. Seu mandato durou nos anos de 1952 a 1955. Vargas foi eleito com 3,8 milhões de votos. Esse número significa praticamente a metade dos votos válidos da época. O retorno de Vargas representou a volta da política nacionalista e intervencionista voltada para a indústria de base, siderurgia e petroquímica. No ano de 1951, foi fundado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

Um dos maiores feitos do governo de Getúlio Vargas foi a criação da PETROBRÁS, empresa de capital misto, cuja maioria das ações é controlada pelo Estado. Através da PETROBRÁS, o estado garantiu a monopolização sobre a perfuração e o refino do petróleo no Brasil. O mandato de Vargas foi fatalmente interrompido quando Vargas cometeu suicídio no dia 24 de agosto de 1954.

O vice presidente de Getúlio Vargas, Café Filho assumiu a presidência nos anos de 1954 e 1955. Houve uma tentativa de combate a inflação, o que gerou uma crise bancária nacional. No final de seu governo aconteceram as novas eleições para eleger o novo presidente do país. Os principais candidatos foram Juscelino Kubitschek do Partido Social Democrático (PSD), João Goulart do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Juarez Távora da União Democrática Nacional (UDN).

Iniciou-se então no ano de 1956, o governo do presidente Juscelino Kubitschek. Seu mandato vigorou nos anos de 1956 a 1961. Juscelino foi um presidente que manteve relações amistosas com militares, intelectuais e investidores estrangeiros, mantendo assim certa diplomacia entre as várias correntes de pensamentos da época.

Nos anos 50 e 60, foi criada a Teoria Econômica Desenvolvimentista. Juscelino foi um adepto dessa teoria, tornando-se um governante nacionalista-desenvolvimentista, ou seja, com o intuito de desenvolver o país industrializando-o a qualquer custo. Para atingir tal objetivo, Juscelino criou o Plano de Metas, que tinha o objetivo de fazer o Brasil crescer “50 anos em 5”.

Seu governo investiu fortemente nas indústrias. Houve um grande crescimento industrial, numa média anual de 11%. O Estado tornou-se mentor do desenvolvimento econômico do país. O Plano de Metas buscava desenvolver o país através de setores específicos: transporte, energia, indústria, educação e alimentação. Um dos grandes marcos do governo de Juscelino foi a criação da capital do nosso país, Brasília.

Para cumprir o Plano de Metas, Juscelino investiu fortemente na indústria siderúrgica, usinas hidrelétricas, rodovias, empréstimo de dinheiro de empresários para montagem de fábricas e incentivou a entrada de empresas multinacionais no país. Fábricas da GM, Ford, Willys Overland, dentre outras foram instaladas na região do ABC Paulista, juntamente com fábricas de tintas, vidros, plásticos, peças de automóveis e material elétrico.

No mandato de Juscelino houve um grande apelo da propaganda através da mídia que denominava o governo como “moderno e progressivo”. Assim, como consequência de toda essa modernidade, a capital Brasília foi construída, idealizada pelo arquiteto Oscar Niemeyer.

A grande quantidade de empréstimos realizados no governo de Juscelino fez com que a dívida externa aumentasse ainda mais, e a inflação do país no último ano de mandato chegou a 31%.

Juscelino também criou no dia 15 de dezembro de 1959, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (Lei nº 3.692). A SUDENE foi criada porque devido a maçante industrialização, o Centro-Sul do país estava se desenvolvendo de forma muito mais rápida que o Nordeste.

Apesar das suas tentativas de desenvolvimento econômico, como consequências da presidência de Juscelino, ficou a grande desigualdade entre as regiões do Brasil, o salário era incompatível com o custo de vida, e o crescimento da miséria no país.

2.2 Configuração Política da Bahia na década de 50

A década de 50 foi de extrema importância para a educação da Bahia. Para abordar a década de 50, serão citados a seguir os mandatos dos governadores da Bahia na época. A Bahia teve quatro governadores na década de 50. O primeiro foi Otávio Mangabeira. O segundo foi Luís Régis Pacheco Pereira. Em seguida tivemos o governador Antônio Balbino de Carvalho Filho. Para finalizar a década de 50, foi eleito o governador Juracy Magalhães.

O governo de Otávio Mangabeira marcou a história da educação na Bahia. Quando Mangabeira tomou posse do seu mandato, o estado encontrava-se numa situação precária. As diversas intervenções do Estado Novo deixaram a Bahia num estado pobre e atrasado em comparação ao resto do país. Não havia escolas, hospitais, portos marítimos e fluviais, estradas de rodagem, navios e estradas de ferro para atender às necessidades da população baiana.

Otávio Mangabeira logo percebeu a necessidade de imediatas intervenções na configuração do sistema econômico-educacional e nomeou o economista Inácio Tosta Filho para criar um plano de desenvolvimento para o estado da Bahia.

A cidade de Salvador passava por uma crise urbana, devido à migração de milhares de famílias do interior do estado para a capital. Assim começou a invasão de áreas desocupadas da cidade, como a invasão do Corta Braço, no bairro da Liberdade.

A grande intervenção do governo Mangabeira na educação foi a entrega da Secretaria de Educação e Saúde ao grande educador Anísio Teixeira, que foi auxiliado no departamento de saúde pelo médico José Silveira.

Em apenas um ano de governo, 258 novos prédios escolares já estavam em processo de construção. O sucessor do Liceu Provincial, o Ginásio da Bahia, expandiu-se em cinco novos centros: Central, Liberdade, Itapagipe, Nazaré e Brotas.

Anísio Teixeira foi responsável pela criação dos inovadores Centros Educacionais Integrados em Escola Classe e Escola Parque. O investimento maciço do governo Mangabeira na educação resultou na criação de escolas de nível elementar, ginásios e colégios de nível secundário, que ofereciam instalações, prédios e salas de aula bem melhores que os já existentes.

Outra grande melhoria na educação baiana foi o nível dos professores que agora participavam de concurso, e na sua maioria eram diplomados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal da Bahia.

Ao final do governo de Otávio Mangabeira, já havia sido inaugurado o Centro Educacional Carneiro Ribeiro. A primeira Escola Parque do Brasil estava em construção no bairro do Pau Miúdo, em Salvador.

O governo de Mangabeira foi pioneiro ao promover uma política de apoio e incentivo à cultura no estado da Bahia. Anísio Teixeira criou o Departamento de Cultura na Secretaria de Educação. Esse departamento apoiou produções culturais como artes plásticas, a música, o teatro, o cinema e a literatura baiana. O mesmo departamento apoiou o Curso de formação de bibliotecárias, originando a Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal da Bahia.

Otávio Mangabeira contribuiu para um grande salto na educação baiana, e conseguiu praticamente estabilizar a economia do estado. No primeiro ano de seu mandato, a arrecadação do estado subiu para Cr\$ 340.183.309,10 (trezentos e quarenta milhões, cento e oitenta e três mil e trezentos e nove cruzeiros e dez centavos) com uma despesa de Cr\$ 335.281.263,00 (trezentos e trinta e cinco milhões, duzentos e oitenta e um mil, duzentos e sessenta e três cruzeiros).

Após o mandato de Otávio Mangabeira, tomou posse do governo baiano o governador Luís Régis Pacheco Pereira, para o mandato de 1951 a 1955. O governo de Régis Pacheco aconteceu na mesma época da volta de Getúlio Vargas à presidência do Brasil. A exploração do petróleo no país era o incentivo para o grande desenvolvimento econômico do país. Poços de petróleo já haviam sido descobertos no estado da Bahia, e o Conselho Nacional do Petróleo serviu como suporte para legitimação da produção de barris de petróleo. No município de Catú foi encontrado mais um poço de petróleo que produzia em média setecentos barris por dia. Com a criação da PETROBRAS em 1953, a exploração de petróleo se consolidou no Brasil e conseqüentemente na Bahia.

O terceiro governador da Bahia na década de 50 foi Antônio Balbino de Carvalho Filho, que governou de 1955 a 1959. Uma das principais realizações do governo de Antônio Balbino foi a criação da Comissão de Planejamento Econômico (CPE), que era coordenada pelo economista Rômulo Almeida. O mandato de Balbino também tentou oferecer melhores condições de vida à camada popular da cidade através da construção de centros sociais que ofereciam assistência médica, dentre outros serviços.

Por fim, o último governador dos anos 50 foi Juracy Magalhães, que assumiu o governo da Bahia em abril de 1959. Seu governo foi iniciado com a definição de um plano de desenvolvimento para a Bahia, o PLANDEB. Assim como o CPE de Antônio Balbino, o PLANDEB também foi coordenado por Rômulo Almeida. Entre os principais objetivos do PLANDEB estava a criação de oportunidades de emprego e salários nominais, bem como a atenção em

relação às necessidades da educação e assistência sanitária. Juracy Magalhães governou até o ano de 1963.

3. OS COLÉGIOS MILITARES PELO BRASIL

As instituições militares de ensino não estão apenas no estado da Bahia. Os colégios militares são realidade por todo o território nacional. Tanto a Polícia Militar de outros estados do Brasil, como o Exército Brasileiro, mantêm instituições de ensino que oferecem educação a filhos de militares e civis. A seguir serão citados alguns colégios militares do país.

O Colégio da Polícia Militar de Paraná foi criado pelo Decreto nº24826, de 07 de agosto de 1959. O primeiro ano letivo do Colégio da Polícia Militar de Paraná foi em 1960, e o colégio chamava-se Ginásio do Centro de Formação da PMPR. Inicialmente, o colégio destinaria suas vagas apenas aos dependentes de militares, mas após mudanças, o mesmo passou a atender a sociedade civil. Devido ao Decreto nº 3992, de 04 de agosto de 1981, o Colégio da Polícia Militar de Paraná passou a chamar-se Cel PM Felipe de Sousa Miranda. O colégio oferece ensino fundamental, de 5ª a 8ª série e Ensino Médio.

A Polícia Militar do estado de São Paulo possui sua instituição de ensino. O Colégio da Polícia Militar de São Paulo foi fundado em 20 de fevereiro de 1978. Inicialmente, as vagas do Colégio Militar de São Paulo seriam destinadas apenas aos dependentes e órfãos de militares. Como ainda havia vagas disponíveis, o colégio passou a atender também a população civil. Em 19 de novembro de 1980, foram inauguradas as novas instalações do colégio, conhecida como Conjunto Educacional Coronel PM João Negrão.

O colégio da polícia militar de São Paulo conta com várias unidades espalhadas pela capital. A unidade Vila Talarico, na Zona Leste de São Paulo, foi inaugurada em 31 de janeiro de 2000. Já a unidade Santo Amaro, na Zona Sul de São Paulo foi criada em 31 de dezembro de 2001. Em 22 de fevereiro de 2003, foi criada a unidade Penha, na Zona Leste de São Paulo. A unidade Campinas, na região Noroeste de São Paulo, foi inaugurada em 12 de fevereiro de 2005. No dia 19 de fevereiro de 2005 foi criada a unidade Guarulhos, na região metropolitana de São Paulo. A unidade Itaquera foi criada em 09 de fevereiro de 2007. A unidade Santo André foi a última a ser criada. Ela está situada no ABCD paulista e foi inaugurada em 08 de fevereiro de 2008.

O Colégio Policial Militar de Santa Catarina foi criado em 15 de março de 1984, estando autorizado a ministrar ensino fundamental e médio, através da portaria nº 0086/84 e portaria nº 0103/84. No ano de 1988, o colégio passou a chamar-se Colégio Policial Militar Feliciano Nunes Pires. Só a partir do ano de 1991, foram disponibilizadas vagas para discentes do sexo feminino. Hoje, o colégio atende a 469 alunos entre ensino fundamental e médio.

O Colégio da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (CPMERJ) é uma jovem instituição de ensino. A mesma foi criada em 09 de janeiro de 2006, através do Decreto nº38. 731. Sua inauguração aconteceu em 06 de março de 2006. O colégio dispõe de refeitórios, cozinha industrial, campo de futebol, quadra poliesportiva, gabinete médico e odontológico, sala de psicologia e alojamentos.

A Polícia Militar de Minas Gerais também dispõe de um Colégio Militar. O Colégio Tiradentes da Polícia Militar possui cinco unidades de ensino espalhadas pela cidade de Belo Horizonte. São elas: Unidade Gameleira, Unidade Minas Caixa, Unidade Contagem, Unidade Nossa Senhora das Vitórias e Unidade Santa Teresa.

O Colégio da Polícia Militar de Goiás foi criado através da Lei nº 8.125 de 18 de julho de 1976, porém o mesmo só iniciou de fato as suas atividades em 27 de junho de 1998. A partir de janeiro de 1999, o colégio recebeu o nome de Colégio da Polícia Militar de Goiás- Coronel PM Cícero Bueno Brandão. O colégio dispõe de seis unidades existentes pela capital e interior do estado.

O Colégio Militar da Paraíba foi criado através da Lei nº 4.103 de 17 de outubro de 1979. A atividade do colégio foi regulada pelo Decreto Lei nº 16.094, de 07 de fevereiro de 1994. O colégio foi inaugurado em outubro de 1993. As vagas do colégio são divididas entre militares e civis, sendo 60% das vagas destinadas a filhos de policiais militares e 40% para a sociedade civil.

Já o Colégio Militar Tiradentes é uma instituição educacional da Polícia Militar do Maranhão. O colégio foi criado no ano de 2006, pela sanção da Lei 8.509. O colégio atende a filhos de policiais militares e a civis. Sua estrutura física dispõe de 26 salas de aula, refeitório, biblioteca, laboratório de informática, etc.

Outros estados do país como Ceará, Pernambuco, Amazonas e Rondônia também contam com Colégios da Polícia Militar, que se destacam na educação pública. O Colégio da Polícia Militar de Ceará, por exemplo, ganhou o XXV Prêmio Jovem Cientista na categoria Mérito Institucional no Ensino Médio, promovido pelo Conselho Nacional Científico de Desenvolvimento Tecnológico no ano de 2008. O colégio foi premiado graças à grande quantidade de trabalhos de cunho científico inscritos, tendo como tema central Energia e Meio Ambiente: soluções para o futuro.

Um grande indicador da qualidade do ensino dos colégios da polícia militar foi o destaque do Colégio da Polícia Militar do Ceará nas Olimpíadas de Matemática.

3.1 O SISTEMA DE ENSINO COLÉGIO MILITAR NO BRASIL (EXÉRCITO BRASILEIRO)

O Exército Brasileiro dispõe de um sistema de ensino próprio. O Sistema de Ensino Colégio Militar do Brasil está subordinado a Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial, tendo como função ministrar a educação básica, no nível fundamental (6º ao 9º ano) e nível médio.

Esse sistema de ensino conta com doze colégios militares espalhados pelo Brasil. São eles: Colégio Militar de Belo Horizonte (Belo Horizonte/MG), Colégio Militar de Brasília (Brasília/DF), Colégio Militar de Campo Grande (Campo Grande/MS), Colégio Militar de Curitiba (Curitiba/PR), Colégio Militar de Fortaleza (Fortaleza/CE), Colégio Militar de Juiz de Fora (Juiz de Fora/MG), Colégio Militar de Manaus (Manaus/AM), Colégio Militar de Porto Alegre (Porto Alegre/RS), Colégio Militar de Recife (Recife/ PE), Colégio Militar do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro/RJ), Colégio Militar de Salvador (Salvador/BA) e Colégio Militar de Santa Maria (Santa Maria/RS).

A Lei nº 9.786, de 08 de fevereiro de 1999, faz as devidas considerações sobre o Ensino no Exército Brasileiro. A Lei de Ensino do Exército Brasileiro aborda as particularidades nas instituições de ensino militares.

O Capítulo II da lei acima citada fala dos princípios e objetivos da educação militar:

Art. 3º O Sistema de Ensino do Exército fundamenta-se, basicamente, nos seguintes princípios:

- I – integração à educação nacional;
- II – seleção pelo mérito;
- III – profissionalização continuada e progressiva;
- IV- avaliação integral, contínua e cumulativa;
- V - pluralismo pedagógico;
- VI – aperfeiçoamento constante dos padrões éticos, morais, culturais e de eficiência;
- VII – titulações e graus universitários próprios ou equivalentes às de outros sistemas de ensino;

O Sistema de colégios militares do Brasil reúne cerca de 14.500 alunos, que são na sua maioria filhos de militares. Porém existem vagas para filhos de civis,

que ingressam nessas instituições através de concursos públicos que são feitos anualmente nas cidades que possuem um Colégio Militar.

Todos os colégios militares possuem bibliotecas informatizadas e laboratórios de física, química e biologia. Ainda em relação à estrutura física, os colégios militares dispõem de laboratórios de informática e quadras poliesportivas.

Os colégios militares também praticam iniciação esportiva, tendo em vista que cada instituição possui equipes de diversos esportes que participam de campeonatos realizados entre as escolas militares, e de campeonatos com escolas civis.

4. O COLÉGIO MILITAR DE SALVADOR

O Colégio Militar de Salvador foi criado pelo Decreto nº 40.843, de 28 de janeiro de 1957. Inicialmente, o colégio tinha suas instalações provisórias num prédio situado à Rua Agripino Dórea, nº 26, em Pitangueiras, onde funcionava o Instituto de Preservação e Reforma do Estado.

O CMS iniciou definitivamente as suas atividades quando o Coronel Uchoa passou a ser o Comandante do Colégio, em 05 de abril de 1957. Em 02 de julho de 1961, o colégio teve as suas instalações transferidas para o bairro da Pituba. A cerimônia de inauguração do CMS reuniu diversos nomes da política baiana, como o governador da época, Antônio Balbino. Fizeram-se presentes também na cerimônia o Ministro da Guerra General Lott e o Comandante do CMS Coronel Bezerra Cavalcante.

Por conta de problemas de investimentos financeiros por parte da União, o CMS precisou ser desativado no ano de 1989. Só em 1993, o CMS voltou a funcionar devido a um convênio realizado entre o Exército Brasileiro e o Governo do Estado da Bahia. Nesse mesmo ano foram iniciadas obras para a construção da 1ª parte do novo Pavilhão de Aulas, na mesma região na Pituba.

Até o ano de 1992, estudavam no CMS apenas filhos de militares. No ano de 1993, foi realizado um processo seletivo aberto a civis, oferecendo 65 vagas para a 5ª série (6º ano). O total de inscritos entre candidatos do sexo masculino e feminino foi de 1.702 candidatos.

O novo pavilhão de aulas com acesso pela Rua das Hortênsias foi inaugurado no dia 03 de fevereiro de 1994. Estavam presentes na inauguração o governador Antônio Carlos Magalhães, o Comandante do Colégio Coronel Oliveira Freitas, dentre outras autoridades. O professor Aristides Fraga Lima (primeiro professor de Língua Portuguesa do CMS) ministrou a aula inaugural no Centro de Convenções.

Atualmente, o ingresso no CMS acontece através de processo seletivo para o 6º ano do Ensino Fundamental. Esse processo seletivo acontece em três etapas a seguir descritas:

1. Exame Intelectual (EI): essa etapa tem caráter eliminatório e classificatório. Todos os candidatos inscritos devem participar do EI, que é realizada por uma prova de Matemática, que é composta na sua totalidade de questões objetivas (múltipla escolha), com duração de duas horas, e uma prova de Língua Portuguesa, composta por uma prova objetiva que resulta em 70% da prova e uma questão discursiva (redação) que vale 30% da prova.

2. Revisão médica- essa fase é de caráter eliminatório.
3. Comprovação dos requisitos biográficos do candidato, também de caráter eliminatório.

Os responsáveis pelos alunos que conseguem ingressar no CMS têm a obrigação de pagar uma mensalidade. Atualmente o valor é de R\$138,00 para o Ensino Fundamental e R\$ 154,00 para o Ensino Médio. Apesar do valor da mensalidade ser bem mais baixo que o valor cobrado pela maioria das instituições privadas de ensino, o ensino no CMS não é gratuito.

A Proposta Pedagógica do Colégio Militar de Salvador estabelece como objetivo geral o oferecimento de uma educação que oferece aos estudantes “ a formação necessária ao descobrimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da vida de cidadão brasileiro”.

Dentre os principais objetivos da Proposta Pedagógica do CMS estão incluídos os seguintes tópicos:

- permitir que o aluno desenvolva valores familiares, sociais e patrióticos, que o faça um cidadão ciente de seus direitos, deveres e responsabilidades;
- propiciar ao aluno a pesquisa de informações relevantes, desenvolvendo, dessa forma, a autonomia, valorizando suas experiências, seu conhecimento prévio e a interação professor-aluno e aluno-aluno;
- valorizar a interação entre os alunos, de modo que essa interação seja uma ferramenta para o desenvolvimento pessoal, considerando sempre as diferenças individuais, respeitando as regras que contribuem para o desenvolvimento do grupo;
- ajudar o aluno a desenvolver seu senso crítico perante os fenômenos políticos, econômicos, históricos, sociais e científico-tecnológicos, de forma que os mesmo aprendam para a vida, e não apenas para realização de provas.
- estimular a prática da atividade física, para o seu desenvolvimento físico saudável, incentivando-o à prática de esportes.

O CMS dispõe de um museu, que tem por principal finalidade preservar a história e a tradição da instituição. O Museu do Colégio Militar de Salvador faz exposição de objetos que estão ligados a sua história, fornecendo a sociedade uma contribuição cultural.

A Seção Psicopedagógica do CMS é responsável pelo acompanhamento da aprendizagem dos discentes. Essa seção também é responsável pelo encaminhamento adequado de casos psicológicos que não podem ser resolvidos no âmbito escolar. Através da Seção Psicopedagógica são desenvolvidos projetos que visam ajudar no bom desempenho dos alunos. Existem projetos como “Família na Escola” – “Desenvolvendo Valores” – “Orientação Vocacional – Quem precisa de Orientação Vocacional?”, dentre outros projetos. Além disso, existe uma atenção para temas atuais que permeiam o ambiente escolar como o Bullying e o Cyberbullying.

Existe uma série de documentos que norteiam o ensino no Colégio Militar de Salvador. Alguns deles são:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)
- Lei de Ensino do Exército Brasileiro (Lei nº 9.786)
- Regulamento de Preceitos Comuns aos Estabelecimentos de Ensino do Exército (R-126)
- Regulamento dos Colégios Militares (R-69)

Como característica do legado positivista na educação militar, o CMS possui seu hino, onde é possível perceber a adoração à instituição de forma que o aluno deve ser uma parte do todo.

4.1 O COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR

O Colégio da Polícia Militar (CPM) é uma instituição pública de ensino que foi criada com o intuito de oferecer educação pública de qualidade aos filhos de militares e de funcionários públicos civis federais, estaduais e municipais.

O primeiro Colégio da Polícia Militar foi criado através do Decreto 16.765 de 09 de Abril de 1957, que foi publicado no Diário Oficial da Bahia (anexo 1). O Colégio da Polícia Militar foi criado no governo de Antônio Balbino. O Secretário de Educação da época era Aloísio Short. O CPM está localizado nas dependências da Vila Policial Militar do Bonfim, na Avenida Dendezeiros S/Nº, Baixa do Bonfim, no município de Salvador.

Através da leitura de registro num Boletim Especial (documento policial militar em que são registrados atos da instituição), é possível perceber que já havia há muito tempo a intenção de expandir o Colégio pertencente à Polícia Militar:

“Os servidores desta Corporação estão regozijados, pela inauguração do Ginásio desta Corporação, graças ao desejo elevado do Exmº Sr. R. Governador do Estado, aos ingentes esforços do Sr. Coronel Cmt. Geral, fortemente coadjuvado pela benéfica influência do dignífico Secretário de Segurança Pública e outras altas autoridades do Estado e da Corporação. Inicia-se assim uma grandiosa era de prosperidade intelectual para a Polícia Militar que assim vê realizado um dos seus sonhos bem acalentados. De hoje em diante deixa de existir este problema para os que aqui mourejam, já que têm um local destinado a colocação de seus descendentes para se instruírem e educarem. Graças ao benemérito Governador está a Polícia militar feliz por esta grande realização que vem ao encontro de um problema que tomara ares de insolúvel. Assim é que contrariando toda expectativa menos otimista, dentro em pouco funcionará o nosso Ginásio com as 1ª e 2ª séries, embrião que ao tornar-se madura, será a futura academia grandemente sonhada por idealistas convictos. Ao prezado, Governador, ao Exmº Sr. Dr. Secretário de segurança Pública, ao Sr. Cel PM. Comandante da Polícia Militar e a todas as autoridades que concorreram para este empreendimento, as homenagens dos que servem nesta casa, e que vêem no saber o único caminho de tornar independente moralmente todo homem de bem.” (Livro de Parte do COM, de 1982.)

O colégio oferece ensino gratuito, funcionando em sistema de externato em três turnos distintos. Até o ano de 1993, só estudavam no Colégio da Polícia Militar alunos do sexo masculino. A partir do ano de 1994, foi permitido o ingresso de meninas a partir da 5ª série do Ensino Fundamental (6º ano).

Quando o Colégio da Polícia Militar foi criado, oferecia vagas para filhos de funcionários públicos civis e militares. Depois de 46 anos de funcionamento, no ano de 2003, houve uma significativa mudança na forma de acesso de alunos ao colégio. A Portaria nº049 de 23 de novembro de 2003 (anexo 2),

estabeleceu que as vagas do Colégio Militar restringem-se apenas a filhos de policiais militares, funcionários civis da Polícia Militar e filhos de professores do CPM.

O Patrono do Colégio da Polícia Militar é o baiano Ruy Barbosa. Ruy Barbosa de Oliveira nasceu no dia 05 de novembro de 1849 na cidade de Salvador, filho do médico, político e intelectual João José Barbosa de Oliveira e de Maria Adélia Barbosa de Oliveira. Desde cedo Ruy Barbosa demonstrava a sua grande inteligência. Quando tinha cinco anos de idade, seu professor mostrou surpresa ao perceber seu aguçado intelecto. Antônio Gentil Ibirapitanga disse sobre seu aluno: “Este menino de cinco anos de idade é o maior talento que eu já vi. (...) Em quinze dias aprendeu análise gramatical, a distinguir orações, e a conjugar todos os verbos regulares.”

No ano de 1864, Ruy Barbosa já havia concluído o ensino ginasial, mas como ainda não tinha idade suficiente para ingressar na Universidade, usou o tempo livre para estudar Alemão. Em 1865, Ruy Barbosa ingressou na Faculdade de Direito de Olinda.

Em 1870, Ruy Barbosa graduou-se como bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo e assim retornou a Bahia. No ano de 1871, Ruy começou a advogar e estreou no júri, e participou da condenação de um homem que havia seduzido uma mulher de humilde condição social. Sua vitória teve grande divulgação na imprensa e assim Ruy Barbosa teve sua iniciação com o jornalismo no ano de 1872, quando conheceu Rodolfo Dantas, que era filho de Conselheiro, dono do jornal Diário da Bahia. No ano de 1873, Ruy Barbosa assumiu a direção do jornal, fazendo citações sobre a eleição direta.

Aos 27 anos, Ruy Barbosa casou-se com a baiana Maria Augusta Viana Bandeira. Nessa mesma época ele se envolveu na carreira política, quando foi eleito deputado à Assembléia da Bahia, em 1877, e em 1878, foi eleito à deputado na Assembléia da Corte, quando ele mudou-se para o Rio de Janeiro. No ano de 1881, Ruy Barbosa promoveu a Reforma Geral do Ensino.

Ruy Barbosa teve papel muito importante na Proclamação da República do Brasil. No dia 15 de novembro de 1889, Ruy escreveu o primeiro decreto do governo provisório, sendo nomeado Ministro da Fazenda, no governo do Marechal Deodoro da Fonseca, o primeiro presidente do Brasil.

O notável baiano também foi um abolicionista. Lutou pelo fim da escravidão junto a Castro Alves. Ruy Barbosa chefiou a queima de dos Livros de Matrículas de Escravos dias após a abolição da escravatura.

Ruy Barbosa foi candidato à presidência da República quatro vezes. Na primeira tentativa, no ano de 1894, Ruy ficou no quarto lugar. No ano de 1905,

ele candidatou-se novamente, mas desistiu da candidatura para apoiar Afonso Pena. A segunda tentativa aconteceu no ano de 1910, mas foi derrotado por Hermes da Fonseca. Sua terceira candidatura a presidente aconteceu em 1913, mas apesar dos esforços, Wenceslau Brás venceu as eleições. Na sua quarta e última tentativa, Ruy perdeu novamente, dessa vez para Epiácio Pessoa.

Em 1922, Ruy Barbosa descobriu que sofria de edema pulmonar. No ano de 1923, foi acometido por paralisia bulbar. Ruy Barbosa faleceu no dia 01º de março de 1923, na cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro.

Há poucos anos, com o objetivo de ampliar a rede de ensino do Colégio da Polícia Militar, foram criadas mais unidades do CPM em dez cidades espalhadas pelo estado da Bahia.

As cidades baianas que receberam unidades do Colégio da Polícia Militar são Salvador, Alagoinhas, Candeias, Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Jequié, Juazeiro, Vitória da Conquista e Teixeira de Freitas.

Na cidade de Salvador funcionam duas unidades do CPM. A primeira unidade é a de Dendezeiros que foi criada pelo Decreto 16.765 de 09 de Abril de 1957. A segunda unidade está localizada na Península de Joanes s/n-Lobato, e foi criado pelo Decreto nº 7.485, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia em 22 de dezembro de 1998 (anexo 3). A unidade do Lobato foi desmembrada da unidade de Dendezeiros em 02 de março de 2005.

Segundo o Projeto Político Pedagógico – PPP, de 2007/2008, a unidade do Lobato disponibiliza formação nos níveis de ensino fundamental e ensino médio. O colégio é composto por 23 salas de aula com o efetivo de 1.910 alunos. A missão da instituição é Assegurar ao educando um ensino de qualidade, desenvolvendo seu senso crítico e estimulando o exercício da cidadania.

As unidades do CPM do interior do estado foram criadas a partir do ano de 2005. A unidade de Itabuna foi criada pelo Decreto de 11 de janeiro de 2005. A unidade de Vitória da Conquista foi criada na mesma data. De acordo com o projeto político pedagógico da instituição, até 16 de março de 2010, a unidade do CPM de Vitória da Conquista possuía 875 alunos matriculados.

A unidade de Feira de Santana foi criada em 24 de fevereiro de 2005. Já a unidade de Juazeiro foi criada em 23 de dezembro de 2005. A cidade de Ilhéus recebeu sua unidade do CPM em 27 de dezembro de 2005. A unidade do bairro da Ribeira (Salvador) foi criada em 22 de fevereiro de 2006. Já na cidade de Alagoinhas, foi criada a Escola Estadual Profº Carlos Rosa através da Portaria nº3. 825, publicada no Diário Oficial de 25 de junho de 1993. Após 13

anos, a escola foi transformada em Colégio da Polícia Militar Prof^o Carlos Rosa, através do Decreto 9.995, publicado no Diário Oficial de 02 de maio de 2006. O colégio atende a uma clientela de aproximadamente 650 alunos.

Em Candeias foi criado o Colégio da Polícia Militar Francisco Pedro de Oliveira, através do Decreto nº 9.994, publicado no Diário Oficial do Estado em 29 de abril de 2006. Um dos diferenciais da unidade de Candeias é que a instituição além de oferecer ensino fundamental e ensino médio, também oferece EJA III Estágio V e EJA III. No ano de 2007 a unidade de Candeias tinha 781 alunos matriculados, e em 2008, 770 alunos matriculados.

A unidade da cidade de Jequié foi criada em 22 de setembro de 2006. Já em Teixeira de Freitas, o Colégio da Polícia Militar foi criado em 29 de setembro de 2006. O bairro de Luís Tarquínio, em Salvador, recebeu uma unidade do CPM em 03 de maio de 2007.

Atualmente todas as unidades do Colégio da Polícia Militar espalhadas pelo estado da Bahia atendem aproximadamente 17.000 alunos, entre filhos de militares e de alguns civis.

5. Conclusão

Com base nas pesquisas realizadas, foi possível perceber a importância do Positivismo na educação brasileira. Essa corrente influenciou não somente os colégios militares, mas também instituições tradicionais de ensino. O uso de uma farda para identificar a instituição, a existência de hinos, tudo com base no conceito de “amor” a entidade escolar.

Destacou-se também a relevância de movimentos históricos que aconteceram na década de 50 que foram de vital importância para o desenvolvimento da educação brasileira. A criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi sem dúvida, um progresso para a normatização da educação no país.

Através dessa produção, foi possível conhecer mais sobre os Colégios Militares existentes em Salvador e na Bahia. São colégios que oferecem educação em tempo integral de qualidade, disponibilizando estruturas físicas em boas condições de uso, além de um corpo docente qualificado.

Os colégios militares espalhados pelo país têm suas vagas disputadas por vários candidatos civis e também dependentes de militares, sempre que são realizadas provas admissionais.

Os valores morais de amor a pátria e a construção de atitudes que promovem a cidadania são praticadas constantemente nos colégios militares. A participação dos alunos em desfiles para as festividades do feriado de 07 de setembro e em outras atividades de cunho patriótico são hábitos que se propagam através dos anos.

As polêmicas contemporâneas também são discutidas através de projetos realizados pelos colégios militares. Atividades que tratam da questão ambiental, discussões sobre bullying, são meios encontrados pelos colégios militares para ampliar suas atividades educativas, a fim de conseguir um ensino não apenas didático, mas para a vida.

Surge assim uma indagação: Por que o Colégio da Polícia Militar se diferencia tanto das outras instituições públicas de ensino do Estado? Cabe então, a realização de novas investigações acadêmicas para responder questionamentos semelhantes a esse.

De fato foi possível conhecer um pouco mais sobre a história do Colégio Militar de Salvador e do Colégio da Polícia Militar, suas práticas e suas metodologias de ensino. O conhecimento dessas instituições é muito importante, levando em consideração que os dois colégios prestam serviço a comunidade baiana há mais de 50 anos.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

TAVARES, Luís Henrique Dias, História da Bahia – São Paulo: UNESP, Salvador – BA: EDUFBA 2001.

GHIRALDELLI Jr, Paulo. História da Educação. São Paulo: Cortez, 1990.

TRINDADE, Liana S. As Raízes Ideológicas das Teorias Sociais. São Paulo: Ática, 1994.

GERMANO, José Wellington. Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985). São Paulo: 2ª edição, Cortez, 1994.

SANTOS, Miriam de Oliveira. Berços de Heróis: O Papel das Escolas Militares na Formação de “Salvadores da Pátria”. São Paulo: Annablume, 2004.

DOCUMENTOS

BAHIA. Boletim Especial da Polícia Militar da Bahia Nº 02 de 18 de Março de 1957.

BAHIA. Suplemento Histórico Nº55 de 13 de Novembro de 1970.

BAHIA. Decreto nº 4873, de 17 de abril de 1957. Estabelece a autorização para o funcionamento do Colégio da Polícia Militar da Bahia, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado da Bahia, Poder Executivo, Salvador, BA.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

<http://www.cms.ensino.eb.br/>

<http://www.colegiopm.com.br/>

<http://www.ensino.eb.br/>

DIARIO OFICIAL

está em Docket

ANO XLI

QUARTA-FEIRA, 17 DE ABRIL DE 1957

N.º 4873

EDIÇÃO DE HOJE: SECÇÃO I - 48 PAGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR CR\$ 1,50

ACTOS DO PODER EXECUTIVO DECRETOS

DECRETO N. 16.765 DE 9 DE ABRIL DE 1957

"Autoriza o funcionamento do Colégio da Polícia Militar do Estado e dá outras providências".

O Governador do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

- Art. 1.º — É autorizado o funcionamento do Colégio da Polícia Militar do Estado, nesta Capital, conforme os planos, leis e normas estabelecidos pelo Ministério da Educação e as disposições do Ministério da Educação.
- Art. 2.º — Este Colégio tem por objetivo especial propiciar a instrução aos filhos dos militares e civis servidores públicos municipais e federais, de acordo com os ciclos e programas do Ministério da Educação.
- Art. 3.º — O ensino será ministrado gratuitamente aos filhos dos servidores militares e civis referidos neste artigo.
- Art. 4.º — Poderão, também, ser admitidos filhos de outros cidadãos que o número de vagas não tenha sido preenchido pelos candidatos mencionados no parágrafo anterior.
- Art. 5.º — As atividades do Colégio da Polícia Militar compreenderão:
 - 1.º — O Ensino Secundário ministrado em dois ciclos Ginasial e Pré-Militar.
 - 2.º — A Instrução Prática, correspondendo à Instrução Pré-Militar, Militar, Educação Moral e Cívica e Educação Física.
 - 3.º — As disciplinas do ensino secundário serão as previstas na Lei Orgânica do Ensino Secundário, cujos programas, métodos e processos de instrução serão os estabelecidos em diretrizes baixadas pelo Ministério da Educação.
 - 4.º — A Instrução Prática será regida conforme os regulamentos e instruções adotados nos Colégios Militares do Exército, sob a supervisão do Comandante Geral da Polícia Militar, correspondendo às exigências dos programas.
 - 5.º — A Instrução Pré-Militar será ministrada aos alunos do Curso Ginasial, menores de 16 anos, conforme programa proposto pelo Ministério da Guerra.
 - 6.º — A Instrução Militar, especialmente de Infantaria, será ministrada progressivamente aos alunos do Curso Ginasial habilitado para as formaturas e desfiles, como também, com o intuito de permitir a lei, para fins de qualificação militar.
 - 7.º — A Educação Moral e Cívica, ministrada de modo gradativo e adequado ao desenvolvimento do aluno, terá cabimento sempre que se oferecer oportunidade, quer no decorrer do ensino das matérias, notadamente História e Geografia, quer aproveitando os fatos passados na Escola ou na coletividade estadual ou nacional, que serão convenientemente comentados. A Educação Cívica será ministrada de maneira que as narrativas históricas e do homem brasileiro, como também os fatos militares e nacionais cujas comemorações são obrigatórias.
 - 8.º — A Educação Física, com fins higiênicos, estético-social e visando para a conservação da saúde, resistência e agilidade, será ministrada a todos os alunos obrigatoriamente, durante o curso.
 - 9.º — O Colégio funcionará em regime de internato ou externato, conforme deliberar o Comandante Geral da Polícia Militar.
 - 10.º — O Colégio da Polícia Militar será dirigido por um superior da Polícia Militar em atividade, de livre designação pelo Governador do Estado que, seu Comandante e Administrador do Estado Major, na forma que estabelecer o Regulamento Interno.

- Parágrafo único — O Comandante, durante os seus impedimentos, será substituído pelo oficial mais graduado do Estado Major.
 - Art. 6.º — O Corpo Docente do Colégio da Polícia Militar será constituído de professores militares devidamente habilitados perante o Ministério da Educação.
 - Parágrafo único — Até que se organize o Corpo Docente para a Instrução Fundamental, serão designados professores de outros estabelecimentos oficiais de ensino secundário do Estado para constituir, inclusive os oficiais da Corporação pertencentes ao magistério civil, mediante proposta do Comandante Geral da Polícia Militar ao Governador do Estado.
 - Art. 7.º — Os alunos do Colégio da Polícia Militar serão graduados de acordo com a hierarquia policial militar observando-se os critérios que forem estabelecidos no Regulamento Interno.
 - Art. 8.º — O Comandante Geral da Polícia Militar do Estado deverá elaborar imediatamente o Regulamento Interno do Colégio da Polícia Militar que será submetido à aprovação do Governador do Estado.
 - Art. 9.º — Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
- Palácio do Governo do Estado da Bahia, em 9 de abril de 1957.
- (Ass.) — ANTONIO BALDINO — Souza Dantas — Aloisio Shari — Lafalete Coutinho.
- DECRETOS DE 16 DE ABRIL DE 1957.

NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

- O Governador do Estado da Bahia resolve
- Renovar:
- Nos termos do art. 5º da Lei n. 347, de 13 de Janeiro de 1956 o mandato do Prof. Dr. Thales de Azevedo, membro do Conselho Diretor da Fundação para o desenvolvimento da Ciência na Bahia
- Nomear:
- Nos termos do artigo 6º da Lei n. 347, de 13 de dezembro de 1950, o Prof. Dr. Jorge Novis membro do Conselho Diretor da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência, em substituição ao Conselheiro Jayme Junqueira Ayres, cujo mandato findou a 25 de Janeiro do corrente ano.
- Nos termos da Lei n. 347, de 13 de dezembro de 1950, o Prof. Dr. Fulvio Ailce, membro do Conselho Diretor da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia, em substituição do Conselheiro José Pedreira de Freitas, cujo mandato findou a 25 de Janeiro do corrente ano.
- Nos termos do artigo 5º da Lei n. 347, de 13 de dezembro de 1950, o Prof. Dr. Tripoli Guadagni, membro do Conselho Diretor da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia, em substituição ao Conselheiro Prof. Dr. José Silveira cujo mandato findou a 25 de Janeiro do corrente ano.

NA SECRETARIA DA FAZENDA

- DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1957
- O Governador do Estado da Bahia resolve
- Prorrogar:
- Em vista do que consta do processo n. 14639/57, da Secretaria da Fazenda, e de acordo com o art. 38 da Lei n. 680, de 25 de novembro de 1954, por mais dois (2) anos, o prazo do Decreto de 12 de Janeiro de 1953, que conservou, por mais dois (2) anos o Contador classe B, Arnaldo Brasil de Lencina à disposição da Secretaria da Fazenda.

28/05/57
Assessoria

2ª PARTE - INSTRUÇÃO E OPERAÇÕES POLICIAIS MILITARES

DATA	ATIVIDADE
Até 29/12/2003	Entrega de monografia
12 até 16/01/2004	Defesa oral de monografia
23/1/2004	Formatura

NBGO N.º 013AE/SEC/11/2003

3ª PARTE - ASSUNTOS GERAIS E ADMINISTRATIVOS**3.1 - GERAIS**

n. PORTARIA N.º 049 - CG/03

"Dispõe sobre o ingresso no Colégio da Polícia Militar e dá outras providências".

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DA BAHIA,
no uso de suas atribuições,

RESOLVE

Art 1º - Destinar, aos filhos de Policiais Militares da Bahia, de funcionários civis da Polícia Militar da Bahia e de Professores do Colégio da Polícia Militar, as vagas do Ensino Médio e Fundamental, que veobam a surgir, para o ano letivo de 2004, nas Unidades do CPM.

Art 2º - Priorizar que os filhos de policiais militares mortos em serviço ou portadores de invalidez permanente adquirida em atividade de serviço, preencham as vagas existentes.

Art 3º - Estabelecer o critério de Sorteio, a ser realizado através de Audiência Pública, toda vez que o número de vagas oferecidas for inferior ao número de candidatos, observando-se o previsto no Art. 4º.

Art 4º - O Policial Militar que já tiver dois ou mais filhos matriculados no Colégio da Polícia Militar só poderá pleitear outra vaga se não houver candidatos habilitados, como previsto no art. 1º, excepcionando-se o descrito no Art. 2º.

3ª PARTE - ASSUNTOS GERAIS E ADMINISTRATIVOS

Art 5º - Aceitar, no que tange à tutela e guarda, somente inscrições de quem já tenha obtido referidas inscrições, causando sentença de definitiva.

Art 6º - Revoga-se as disposições em contrário.

PORTARIA Nº 049 - CG/03

L. AUTORIZAÇÃO

Autorizo o Cel PM ADELSON GUIMARAES DE OLIVEIRA, Mat 30.064.195-6, a participar do III Curso sobre Prevenção, Preparação e Resposta a Desastres por Produtos Perigosos, na cidade de São Paulo, no período de 01 a 05 de dezembro do corrente, a realizar-se em conjunto com a CETESB-Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental e a Organização Pan Americana de Saúde-OPAS/OMS. Sem ônus para o Estado da Bahia.

VBGO Nº SCG.090/11/2003

3.2 - ADMINISTRATIVOS**a. PESSOAL MILITAR****1) OFICIAIS****a) DISPENSA DE OFICIAL (Transcrição de DOE)**

Dispensar, a pedido, o Tenente PM MARCELO ÍRIBIO DOS REIS, cadastro nº. 30.233.775-7, do cargo de Coordenador IV, símbolo DA1-5, do Departamento de Inteligência Policial, do Gabinete do Secretário, da Secretaria da Segurança Pública.

PORTARIA Nº 2284/03

DOE de 25/11/2003

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETOS NUMERADOS

DECRETO Nº 7.485 DE 22 DE DEZEMBRO DE 1998

Dispõe sobre a criação do Colégio da Polícia Militar Unidade II - CPM Lobato e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º - Fica criado o Colégio da Polícia Militar Unidade II - CPM Lobato, localizado na Av. Península do Joanes, Lobato, no município de Salvador, para ministrar o Ensino Fundamental e Médio, tendo como entidade mantenedora a Polícia Militar do Estado da Bahia.

Art. 2º - O Colégio da Polícia Militar, situado na Av. Bonfim, nº 300, Dendezeiros, município de Salvador, passa a denominar-se Colégio da Polícia Militar Unidade I - CPM Dendezeiros.

Parágrafo único - A Escola Dr. Luiz Viana Filho, localizada no endereço referido no caput deste artigo, fica incorporada ao CPM Dendezeiros.

Art. 3º - O Diretor do Colégio da Polícia Militar Unidade I - CPM Dendezeiros desempenhará as atribuições de Diretor Geral das unidades do Colégio da Polícia Militar.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de março de 1997.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 22 de dezembro de 1998.

CÉSAR BORGES
Governador

Pedro Henrique Lino de Souza
Secretário de Governo

Francisco de Souza Andrade Neto
Secretário da Segurança Pública

DECRETOS FINANCEIROS

DECRETO FINANCEIRO Nº 722 DE 22 DE DEZEMBRO DE 1998

Abre, no Orçamento Fiscal, na Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, o crédito suplementar no valor de R\$135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais), na forma que indica e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, com fundamento na Lei nº 2.322, de 11 de abril de 1966, nos artigos 58, § 1º, inciso III e 62, inciso III e autorizado pela Lei nº 7.248, de 29 de dezembro de 1997, no art. 6º, inciso I, letra "a" e parágrafo único,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto, no Orçamento Fiscal, na Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, o crédito suplementar detalhado no Anexo I deste Decreto, no valor de R\$135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais).

Art. 2º - Os recursos para atender ao crédito referido no artigo anterior decorrerão das anulações indicadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 22 de dezembro de 1998.

CÉSAR BORGES
Governador

Luiz Carreira
Secretário do Planejamento, Ciência e Tecnologia
Albérico Mascarenhas
Secretário da Fazenda

Handwritten notes in the left margin: "1998", "Camino", "D.O.E", and "23/12/98".

Vertical text on the right margin: "17.6", "CRIO", "SICA", "VA", "17.34", "17", "fun", "o a", "par", "su", "m", "su", "PA", "ET", "CA", "MC", "BY".